



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DIREITO À CIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS EM TEMPOS DE REGRESSÃO SOCIAL

Eblin Joseph Farage (UFF) - farage.eblin@gmail.com

Sabrina dos Santos Dias (UFF) - sabrinadossantos.dias@gmail.com

Karina Avelar da Silva (UFF) - karinaavelar@id.uff.br

DIREITO À CIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: desafios em tempos de regressão social

Palavras chaves: Formação Profissional; Direito à cidade e Regressão Social

Keywords: Vocational Training; Right to the city and Social Regression

1 - INTRODUÇÃO

O presente texto aborda alguns aspectos do direito à cidade e sua interseção com a formação profissional mediada pelos vínculos necessários ao Serviço Social com os movimentos sociais urbanos. As reflexões são produto de um processo de pesquisa que trabalha com o eixo do direito à cidade – movimentos sociais – formação profissional e projeto ético-político, partindo da compreensão que o fazer profissional, como apontado por lamamoto (2013), segue á uma determinada direção social.

Nos últimos anos, foi possível identificar, através de pesquisa empírica junto a movimentos sociais urbanos e pesquisas documentais, que inicialmente realizou o levantamento dos trabalhos apresentados nos CBAS e ENPESS e posteriormente através da análise dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Serviço Social vinculados à ABEPSS, identificou que a aproximação, através da pesquisa, extensão, formação profissional e fazer profissional, entre Serviço Social, movimentos sociais e direito à cidade, estão aquém do indicado pelo projeto ético político da profissão, assim como da quadra histórica de retrocessos vivenciada no Brasil.

Nesse sentido, apresentamos de forma breve, mas provocativa, algumas reflexões que se impõem ao Serviço Social, tanto no âmbito da prática profissional como da formação profissional, em uma perspectiva não conclusiva, mas que pretendem provocar reflexões no sentido de contribuir, no campo da teoria crítica, para os desafios postos a profissão.

2 - DESENVOLVIMENTO

Partilhamos da análise de que a cidade é fruto da lógica do desenvolvimento capitalista desigual e combinado em uma sociedade dividida em classes. Sendo a propriedade privada o centro da manutenção do poder e da segregação social, compreendemos que a questão urbana, se expressa na constituição desigual dos territórios da cidade, impondo acesso a bens, serviços e direitos de forma, qualidade e quantidade diferenciada para os moradores. Ou seja, a cidade é dividida em territórios desiguais como expressão do desenvolvimento capitalista que conforma os territórios a partir de suas demandas subordinando os trabalhadores.

Segundo Haesbaert (2006, p. 16), o território é analisado em uma perspectiva “intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos”. Assim, o território é concomitantemente produto e produtor das relações sociais, expressando contradições, disputas, tensões e resistências. Essas disputas e tensões são a expressão da questão urbana, portanto a expressão das lutas sociais em curso. Nesse sentido, compreendemos que tratar da questão urbana e do direito à cidade, se coloca como prerrogativa para a compreensão das diferentes dimensões da vida cotidiana na cidade, das disputas em torno dos direitos sociais e das políticas públicas conquistadas pelos trabalhadores.

Neste processo, o Estado exerce importante função no atendimento dos interesses do desenvolvimento capitalista, segundo exigências da industrialização e da urbanização e quando necessário, atendendo as demandas dos trabalhadores necessárias a sua manutenção como força de trabalho e consumidores. Esta intervenção prioriza os interesses da classe que domina economicamente a partir do exercício da coerção e do consenso.

Com isso entendemos a necessidade da incorporação de estudos sobre a questão urbana, direito à cidade e movimentos sociais na formação profissional, como forma de atualizarmos as expressões da questão social e ao mesmo tempo compreender as ações e reações da classe trabalhadora e dos movimentos organizados na luta pelo direito à vida e a emancipação humana nos termos anunciados por Marx e Engels (2009) e no código de ética dos assistentes sociais (1993).

Para o Serviço Social pensar estas temáticas é uma tarefa imperativa. A classe trabalhadora encontra-se hoje majoritariamente em territórios urbanos, sendo neste local onde os assistentes sociais estão inseridos profissionalmente. A questão urbana e a designação capitalista das cidades engendram conflitos cotidianos, tornando as cidades o lócus fundamental das lutas sociais. Desse modo, compreendemos que a formação profissional deve abordar a questão urbana e a aproximação com as lutas urbanas, através de estudos sobre os movimentos sociais.

O compromisso com a superação de toda forma de exploração e opressão e do modo de produção capitalista ultrapassam a linha entre o discurso e a busca pela sua materialização quando a categoria de fato se coloca alinhada e articulada aos processos de resistência da classe trabalhadora. Promover a relação com os movimentos sociais é tarefa a ser cumprida coletivamente pela categoria, enquanto pertencentes a classe trabalhadora e como categoria profissional, requisito para fortalecer o Projeto Ético-Político da profissão.

O fortalecimento desse projeto demanda uma formação profissional que o fundamente. Desse modo, quando fala-se de formação profissional é preciso situar qual a concepção que se tem no interior do Projeto Ético-Político. Como indica Braz e Rodrigues (2013) a formação profissional não se encerra na graduação, deve ter caráter ininterrupto, priorizando uma inserção crítica no mercado de trabalho, superando o ensino. Essa formação deve proporcionar a apreensão da dinâmica do real, possuir natureza generalista, estar articulada às camadas exploradas da sociedade e suas formas de luta e organização (IAMAMOTO, 2013). Assim, a formação profissional deve estar aliada aos princípios presentes no Código de Ética e nas indicações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que constitui a resistência no âmbito da formação. Frente aos avanços do conservadorismo e da ofensiva neoliberal, faz-se imperativo o fortalecimento do atual projeto ético-político que depende, como afirma Duriguetto (2014), do avanço da luta das classes subalternas e da vontade majoritária do corpo profissional.

Porém as pesquisas constataam uma ausência na participação, estudos e pesquisas de assistentes sociais junto a movimentos sociais urbanos. Avaliamos que tal afastamento reflete a ausência ou a pouca discussões sobre questão urbana e lutas sociais no âmbito da formação profissional. Além de haver poucas disciplinas que abordam tais temáticas, a produção do Serviço Social também não prioriza essa área temática, em especial no último período.

Por meio da fase preliminar da pesquisa, cujo cerne é analisar a relação entre Serviço Social, Movimentos Sociais e Questão Urbana, ao estudar as grades curriculares e projetos políticos pedagógicos das Universidades ligadas à ABEPSS, constatamos que as temáticas da questão urbana e dos movimentos sociais são muito pouco abordadas. Delimitamos uma busca por palavras-chaves com o objetivo de encontrar quais Universidades contem disciplinas que tratam essas temáticas e em um segundo momento, se há centralidade na ementa das disciplinas. As palavras-chaves escolhidas foram: **movimento(s) social(is); movimento(s) social(is) urbano(s); direito à cidade; território; política (social/pública) de habitação; questão urbana; lutas sociais.**

Sistematizando os dados em relação à carga horária, observamos que 73,6% da carga horária média dos currículos das instituições de ensino pesquisadas são destinados a atividades teórico-práticas incluindo o trabalho de conclusão de curso (TCC) e apenas 1,4% dessa carga horária destina-se disciplinas de movimentos sociais.

Ao aprofundar a análise, entre os 22 projetos políticos pedagógicos foi identificado um total de 35 disciplinas aos quais as palavras-chaves escolhidos foram identificadas, contudo, apenas 20 dessas disciplinas abordavam as temáticas com centralidade. Somente 7

disciplinas eram relacionadas à questão urbana, sendo 2 abordadas com centralidade e 31 disciplinas de movimentos sociais, sendo 18 destas abordando com centralidade o tema.

É possível verificar que há certa contrariedade frente ao que o atual Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS defendem e a expressão dessas grades curriculares. Há uma maior centralidade em relação às políticas sociais, tornando o horizonte da luta de classes e da emancipação da classe trabalhadora um debate secundarizado.

3 – CONCLUSÃO

O Serviço Social está rodeado de grandes desafios para o enraizamento e fortalecimento do projeto ético-político, diante do projeto neoliberal, da reestruturação produtiva e da mercantilização da vida, que resultam na ofensiva aos direitos sociais e aos movimentos sociais. Essa realidade coloca à categoria o desafio de criar estratégias para afirmar o projeto profissional, como marco de ruptura com o conservadorismo e real articulação com a classe trabalhadora.

Compreendemos que a profissão deve estar associada ao processo de resistência e superação do modo de produção capitalista, na perspectiva da construção de espaços de combate às desigualdades de negação do *status quo*. Para tal a prática e a formação profissional precisam estar comprometidas e inseridas nas temáticas e práticas dos processos urbanos em articulação com os movimentos sociais.

4 - BIBLIOGRAFIA

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BRAZ, M. e RODRIGUES, M. P. **O ensino em Serviço Social da Era Neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios**. Sociabilidade burguesa e Serviço Social. SILVA, J. F. S., SANT'ANA, R. S., LOURENÇO, E. A. de S. (orgs.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, Coletânea Nova de Serviço Social.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília, 1993.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas**. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

HAESBAERT, Rogério. ***O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialização***. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006

IAMAMOTO. M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil**. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.